RECAJ NAS ESCOLAS: A EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

RECAJ NAS ESCOLAS: THE EFFECTIVENESS OF ACCESS TO JUSTICE BY MEANS
OF ACCESS TO INFORMATION

Ana Flávia Lurian Paiva¹

Marcus Vinícius Melo Vieira²

RESUMO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve uma notória positivação de direitos fundamentais. Assim, a garantia do acesso à justiça surge como fator garantidor da efetivação de todos os demais direitos fundamentais. Nesse contexto, o projeto RECAJ NAS ESCOLAS busca problematizar a violência escolar, em especial o bullying, e promover uma cultura da paz voltada para o diálogo. Como muitas escolas não possuem programas adequados de prevenção e gerenciamentos de conflitos, o projeto visa minimizar tal defasagem através de ciclos de debates com alunos da rede pública de ensino, abordando as formas saudáveis de gerir ou solucionar conflitos. Promove-se, portanto, o acesso à Justiça a partir da educação.

PALAVRAS CHAVES

Educação; Acesso à Justiça; Informação

ABSTRACT

With the advent of the 1988 Constitution, there was a noticeable positivization of fundamental rights. So, the ensuring of the access to justice emerges as a factor guaranteeing of the realization of all other fundamental rights positivized. In this context, the project RECAJ NAS ESCOLAS objectives questions school violence, particularly bullying, and promote a peaceful culture and devoted to the dialogue. As many schools do not have adequate programs for prevention and management of conflicts, this project aims to minimize this gap through cycles of debates with students from public schools, addressing healthy ways to manage or resolve conflict. It promotes, therefore, the access to justice through education.

KEYWORDS

Education; Access to Justice; Information

INTRODUÇÃO

O advento da Constituição Federal de 1988 traz a positivação dos direitos sociais básicos em uma amplitude sem precedentes nas Cartas antecessoras. Dentre eles, o acesso à justiça pode ser apontado como fator essencial para efetivação dessas garantias, afinal não

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Integrante voluntária do Projeto de Extensão RECAJ nas Escolas, que é parte do Programa de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça - RECAJ UFMG.

² Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Bolsista de extensão (PBEXT 2013) do Programa de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça - RECAJ UFMG; Integrante do Projeto RECAJ nas Escolas.

resta dúvidas que “a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação”³ e, nas palavras da professora Ada Pellegrini Grinover “Pode-se dizer, pois, sem exagerar, que a nova Constituição representa o que de mais moderno existe na tendência universal rumo à diminuição da distância entre o povo e a justiça”⁴.

Assim, o conhecimento sobre seus direitos surge como fator básico para a emancipação do cidadão. É latente na sociedade brasileira, sobretudo nos estratos mais carentes, a falta de aptidão para reconhecer as violações de direitos; o pouco conhecimento sobre direitos humanos e também sobre as formas consensuais de resolução dos conflitos. Ora, não se pode negar que tais fatores são entraves ao pleno acesso à justiça.

Frente a tais problemas, a escola, além de sua função informativa por excelência, traz um ambiente de convívio e alteridade, onde o cidadão pode desde a mais tenra idade conviver com o outro e reconhecê-lo como igual. A necessidade de educação em direitos humanos no ambiente escolar é inequívoca, inclusive apresenta-se materializada no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste contexto, o projeto de Extensão RECAJ nas Escolas, situado no âmbito do Programa RECAJ UFMG (Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça), na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FDUFMG), sob coordenação da Prof^ª. Dra. Adriana Goulart de Sena Orsini, busca promover nas escolas públicas e privadas de Belo Horizonte e Região Metropolitana discussões sobre temas relacionados aos direitos humanos e às formas consensuais de resolução de conflitos com os alunos.

A ação extensionista, porém, trouxe aos envolvidos a necessidade de problematizar e buscar uma maior reflexão teórica, no âmbito da Universidade, sobre as situações vividas na escola. Uma vez que os temas relativos à direitos humanos e formas consensuais de resolução de conflitos não são frequentemente discutidos no ambiente acadêmico da FDUFMG, foi criado, em 2012, o Grupo de Estudos Educação, Direito e Alteridade, com o escopo de suprir tal lacuna no currículo acadêmico.

DESENVOLVIMENTO

Com o intuito de perpetuar o acesso à justiça por meio do acesso à informação, o Projeto RECAJ nas Escolas elaborou uma metodologia própria de intervenção na rede de

³Capelletti e Garth, 1988, p. 12.

⁴ Grinover, 1999, p. 82.

educação básica. Integrantes do programa (graduandos, bolsistas e voluntários, da FDUFMG) vão até o ambiente de ensino para realizar Ciclos de Debate com alunos, rompendo os limites dos muros da Universidade.

Nesses ciclos, que ocorrem em grupo de aproximadamente 40 alunos, com duração máxima de 90 minutos, busca-se adaptar a abordagem à realidade dos estudantes, de forma que eles se identifiquem com o tema e se tornem sujeitos ativos do debate. Nesse sentido, o material audiovisual e as dinâmicas variam de acordo com a faixa etária dos alunos, há espaços para intervenções e os exemplos citados pelas crianças e adolescentes são usados pelos membros do programa durante a exposição de conteúdos. Em 2012, o projeto contemplou 12 turmas da rede estadual de ensino, atingindo cerca de 500 alunos e, nos meses de 2013 já transcorridos, 06 turmas foram visitadas.

Contribui-se, portanto, para uma formação cidadã dos educandos, bem como dos graduandos em Direito, uma vez que os primeiros aprendem alternativas dialógicas e pacíficas de gerir e solucionar conflitos, enquanto os segundos, ao transmitirem essas informações, são sensibilizados acerca de seus papéis enquanto promotores do acesso à justiça.

Com a difusão de informações, contribui-se, ainda, para a concretização do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, no tocante à função da escola (*lato sensu*) na preparação para o exercício da cidadania.

“Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Afinal, uma formação cidadã perpassa pelo acesso à informação, conforme preleciona Antônio Gaió Júnior⁵, *in verbis*, “Dentro deste contexto é que se encontra o acesso à informação e educação. Sobretudo, a informação e educação jurídica e o seu acesso pleno pelo cidadão comum – início de um exercício de cidadania [...]”.

Partindo da perspectiva adotada por Paulo Freire⁶, a educação deve ser voltada para o exercício da autonomia. Assim, o RECAJ nas Escolas busca difundir práticas dialógicas de solução de conflitos no ambiente de ensino, nas quais os alunos assumem um papel central e autônomo, dispensando, muitas vezes, a intervenção de terceiros. Com isso o programa contribui para minimizar o processo, cada vez mais comum, de judicialização dos conflitos

⁵ Informação e Educação por um Acesso à Justiça

⁶ Freire, 1996

escolares. Tal fenômeno contraria a ideia de autonomia, uma vez que os conflitos são entregues ao poder judiciário e as consequências, por vezes, recaem sobre a escola ou família dos envolvidos através de indenizações.

A fundamentação teórica necessária para a realização dessa atividade é adquirida no grupo de estudos Educação, Direito e Alteridade, dentro do qual são fomentados debates acerca dos temas acesso à justiça, mediação de conflitos, justiça restaurativa, educação e alteridade. As reuniões ocorrem semanalmente, têm duração de uma hora e contam com a presença de, aproximadamente, 30 alunos da FDUFMG.

A partir do conhecimento teórico-empírico adquirido por meio do grupo de estudos e da atividade extensionista foram elaborados artigos científicos, relatos de experiência e monografia de conclusão de curso, promovendo uma formação diferenciada dos integrantes do programa, além da fomentação de ideias para novos projetos.

CONCLUSÃO

A troca de saberes entre graduandos e alunos da Educação Básica contribuiu para uma formação cidadã dos estudantes. As ações promovidas se inserem no eixo transversal do acesso à justiça de crianças e adolescentes, no sentido de propiciar aos alunos novos olhares acerca da resolução de conflitos no Brasil, noções básicas sobre direitos humanos e direitos em geral, culminando em uma formação abrangente afeiçoada ao protagonismo juvenil e à consciência coletiva e cidadã.

Os universitários, por sua vez, ao se aproximarem de uma realidade, muitas vezes, distinta de seus cotidianos, tornaram-se mais sensíveis a ela e adquiriram um conhecimento prático sobre a função social do operador do Direito. Puderam, por fim, ter acesso à uma formação diferenciada, com a efetivação dos três pilares da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPPELETTI, Mauro e Garth, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**/ Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; LIMA, Paula Gabriela Mendes. **Pedagogia da emancipação: desafios e perspectivas para o ensino das ciências sociais aplicadas no século XXI**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

JÚNIOR, Antônio Pereira Gaio. **Informação e Educação para um Acesso à Justiça**. Disponível em <http://www.gaiojr.adv.br/astherlab/uploads/arquivos/artigos/INFORMACAO_E_EDUCACAO_PARA_UM_ACESSO_A_JUSTICA.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.